

**30ª REUNIÃO DA DIRETORIA DA ASÁGUAS
(Gestão 2020/2022) – Dia 14.06.2021, das 11h às 13h**

Reunião realizada virtualmente por meio da plataforma Teams

Presentes: Ana Paula de Souza, Dhalton Luiz Tosetto, Flavia Simões Ferreira, Gonzalo Alvaro Vázquez, Juliana Dias Lopes, Luiz Henrique Pinheiro, Morris Scherer-Warren, Thamiris de Oliveira Lima, Daniela Chainho Gonçalves e Camila Lopes Oliveira de Mello.

Ausentes: Andréa Araújo Trindade

Estagiária: Raquel Medeiros da Silva

1. Informes:

Mobilização do dia vinte e três de junho: Morris lembrou da manifestação da semana seguinte referente à PEC 32 sobre a Reforma Administrativa. O Manifesto compartilhado foi assinado por mais de cem entidades, o que vai dar uma força muito grande para a mobilização que acontecerá na quarta-feira. Com isso ele sugeriu da Aságuas usar as mídias digitais para se posicionar quanto à PEC e fazer parte deste manifesto.

Crise hídrica: Luiz Henrique trouxe à reunião o assunto da Medida Provisória que o governo quer editar para transferir da ANA para o Ministério de Minas e Energia o poder de regulação da operação dos reservatórios do sistema hidrelétrico. Ele sugeriu uma reunião ampla com os servidores da ANA para deliberar e traçar caminhos sobre a questão. Em sequência, Flávia complementou que isso deveria ser debatido no fórum das associações por ser uma pressão recorrente sobre as agências reguladoras e, assim, buscar o apoio das outras associações. Morris sugeriu consultar o jurídico, pois, talvez, uma medida provisória não possa sobrepor uma lei aprovada pelo Congresso. Também se discutiu o fato de que os diretores da ANA parecem não estar em um consenso sobre a natureza da crise e a atuação da ANA. Luiz Henrique pediu que todos pesquisem sobre assunto para discuti-lo como item principal de pauta da próxima reunião.

2. Pauta:

Possível assédio moral a terceirizados: Camila Lopes e Daniela Chainho estavam presentes na reunião para discutirem junto com os

diretores da Aságuas sobre o possível assédio que terceirizados estariam sofrendo por alimentar os gatos que vivem no Complexo.

Camila iniciou a discussão informando que no grupo de WhatsApp dos profissionais de limpeza foram repassadas mensagens em tom ameaçador dizendo que aqueles que seguissem alimentando os animais seriam “extremamente punidos” ou “devolvidos” à empresa. Camila relata que há pelo menos 50 gatos vivendo soltos no Complexo e que entrou em contato com ONGs para a doação dos animais, mas a resposta foi negativa pelo fato de já estarem sobrecarregados. Daniela opinou e disse que se preocupou com o assédio moral e que a solução de cortar a ração dos gatos não será eficaz porque os animais vão continuar por lá. Ela sugeriu que fosse feita parcerias com clínicas veterinárias na ajuda da castração, doação, entre outros. Luiz Henrique argumentou que a questão dos animais precisa ser resolvida, mas que o possível assédio moral é, dentro desse assunto, o ponto mais urgente a ser tratado. Destacou, no entanto, que a Aságuas não tem competência para representar terceirizados. Ele apontou alguns possíveis caminhos, como conversar com o servidor gestor do contrato com a empresa de limpeza ou enviar uma comunicação à ANA solicitando averiguação do caso. Gonzalo argumentou pela necessidade de se seguir os caminhos formais para lidar com o caso, incluindo processo administrativo, se for o caso.

Como todos concordavam que, além do problema do possível assédio, também é importante que seja resolvida a situação dos animais, que muitas vezes são abandonados no complexo, Flávia sugeriu que fosse feita uma averiguação do local para saber se, por ser um espaço público, existe a possibilidade de pedir apoio da ong ProAnima para campanhas e indicação de veterinários. Também indicou que fossem sugeridas soluções à Diretoria Colegiada da ANA. Izabela sugeriu envolver as demais instituições do complexo ou, ao menos, as associações de servidores dessas instituições.

Ao entrar em um consenso, todos decidiram que o assunto deveria ser conduzido com muita cautela e que, primeiramente, houvesse o envio de um e-mail à SAF. Se não houver resposta, outras medidas serão avaliadas, tais como envio de ofício, consulta ao Comitê de Ética ou Corregedoria, etc.